



PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2018.
(Do Sr. Evandro Roman)

Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que “dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências”, para vedar a cobrança de pedágio de motocicletas, motonetas, ciclomotores e triciclos em rodovias sob concessão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - Esta Lei veda a cobrança de pedágio de motocicletas, de motonetas, de ciclomotores e de triciclos em rodovias federais sob concessão.

Art. 2º - O art. 18 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, passa a vigorar acrescido do inciso XVII, com seguinte redação:

“Art. 18

.....

XVII - a isenção de tarifa de pedágio de motocicletas, motonetas, ciclomotores e triciclos, nas rodovias federais sob concessão. ” (NR)

Art. 3º Os contratos vigentes, após a entrada em vigor desta Lei, terão 180 dias para adequação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Lei tem como objetivo isentar as motocicletas, as motonetas, os ciclomotores e os triciclos da cobrança de pedágio, uma vez que se trata de veículos de pequeno porte, não gerando danos ao pavimento e à infraestrutura das rodovias.



Importante considerar que esses veículos representam um volume de tráfego inexpressivo se comparado aos veículos leves que trafegam pelas rodovias. Conforme a Associação Brasileira de Concessionária de Rodovias - ABCRⁱ o volume de motocicletas que trafegaram em rodovias em janeiro de 2018 pelas estradas do Paraná, por exemplo, foi de pouco mais de 130 mil veículos, enquanto o volume de veículos leves ultrapassou sete milhões.

Se compararmos apenas o volume de veículos leves, as motocicletas representam menos de 2% do volume de tráfego nas rodovias pedagiadas naquele Estado. Se incluir nesse comparativo os veículos pesados, ônibus e caminhões, esse percentual será ainda menor.

Certamente, esses números são refletidos no volume de receita arrecadada. Sendo assim, qualquer aditivo que venha alterar a política tarifária, com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias, não criará impactos significativos para os demais usuários das rodovias concedidas.

A cobrança feita dos motociclistas ocorre de forma manual devido a inviabilidade técnica de cobrança eletrônica, gerando filas que expõem os motociclistas e demais usuários a riscos de acidentes, devido as motocicletas ocuparem o mesmo espaço dos veículos de maior porte.

A moto é uma ferramenta de trabalho para muitos brasileiros, possuindo um papel social importante na vida de muitas famílias. Desse modo, considerando a relevância social deste Projeto de Lei, conto com o apoio dos nobres pares pela sua aprovação.

Sala das Sessões, de de 2018.

Dep. Evandro Roman
PSD/PR



CÂMARA DOS DEPUTADOS

ⁱ <http://www.abcr.org.br/Conteudo/Secao/40/rodape.aspx>